



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RICARDO FERRAÇO

REQUERIMENTO Nº 57, DE 2014

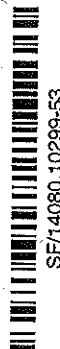
Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2014, de minha autoria, que “altera a Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para modificar os critérios de identificação de países com tributação favorecida”.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 7 de outubro de 2014 apresentei projeto perante o Senado para modificar os critérios de identificação de países com tributação favorecida. Hoje, o projeto encontra-se nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Atualmente, a legislação brasileira confere tratamento tributário mais rigoroso a operações realizadas com pessoas físicas ou jurídicas residentes em países com tributação favorecida (os chamados “paraísos fiscais”), assim entendidos aqueles que adotem tributação máxima da renda em percentual inferior a 20%.

A presunção de que todos os países que tributem a renda abaixo desse percentual sejam “paraísos fiscais” acarreta distorções e leva ao tratamento inadequado de potenciais parceiros internacionais. A OCDE (Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Econômica), por exemplo, diferentemente do Brasil, não empregam qualquer tipo de percentual mínimo de tributação para fins de



SF/14080.10299-53

Página: 1/2 30/10/2014 09:47:14

0c2d584b0f55e446c17b2fd40b4fd611fcec860e





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RICARDO FERRAÇO

identificação dos “paraísos fiscais”. A experiência internacional mostra que a maior parte dos países desenvolvidos e em desenvolvimento combinam critérios que não envolvem um rígido patamar mínimo de tributação como pressuposto à identificação dos países de baixa tributação, em contraposição ao modelo brasileiro.

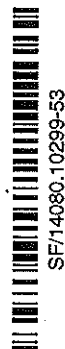
Acredito que seja mais do que necessário discutirmos o mérito deste projeto. Como colocado, o modelo brasileiro de identificação de um “paraíso fiscal” encontra-se, a meu ver, ultrapassado. Outros fatores precisam ser levados em conta na constituição da chamada “lista negra” da receita federal, como a cooperação na troca de informações fiscais, a transparência institucional dentre outros.

É por estes motivos apresentados, senhoras e senhores, e por acreditar na importância da discussão de assunto tão importante para o Brasil, é que peço a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão,

30 de outubro de 2014.


Senador **RICARDO FERRAÇO**



SF/14080.10299-53

Página: 2/2 30/10/2014 09:47:14

0c2d584b0f55e446c17b2fd40b4fd611fcec860e

